

06/05/2019

Segurança e Saúde do Trabalhador é questão de democracia

José Marçal Jackson Filho

[Doutor em Ergonomia – Fórum Acidentes do Trabalho]

Segurança e Saúde do Trabalhador (SST) é questão de democracia, afirma Laurent Vogel, jurista do Instituto Sindical Europeu.

Todavia, na história desse campo, a SST é tratada pelos profissionais e especialistas como ‘questão de comportamento’, isto é, os problemas de saúde dos trabalhadores e os acidentes do trabalho decorrem de comportamentos inadequados, atos inseguros. A solução para todos os males consiste na conscientização, capacitação dos trabalhadores. Naturalmente, nos últimos 25 anos, essa perspectiva evoluiu para a questão de ‘gestão do comportamento’. Fazer segurança e promover a prevenção de acidentes clamam por programas de segurança comportamental.

Essa vertente está enraizada nas práticas profissionais de médicos do trabalho e engenheiros de segurança, mesmo estando fundada em perspectiva acadêmica bastante criticada e controversa, o behaviorismo (ou comportamentalismo). Na origem do conceito de ato inseguro se encontra H.W. Heinrich, um psicólogo que trabalhava em uma seguradora, chegou à conclusão que os atos ou comportamentos inseguros são as causas mais importantes dos acidentes. Embora seus métodos e resultados fossem frágeis do ponto de vista da pesquisa. Heinrich conseguiu transformar seus resultados em verdade absoluta (citados em muitos estudos, inclusive atuais), mas mais do que isso conseguiu introduzir essa psicologia na prevenção de acidentes.

Os programas de segurança comportamental, a nova roupagem do ato inseguro, propagam-se atualmente nas empresas (inclusive de alto risco, como a indústria de petróleo e petroquímica), constituindo amplo mercado para consultores e especialistas, pois são baratos, não envolvem grandes investimentos tecnológicos, e são utilizados para a proteção jurídica das empresas.

Pouco importa se sua efetividade para a prevenção é, no mínimo, questionável... Pouco importa se o modelo de homem / mulher no trabalho é empobrecido e os trabalhadores são considerados como fatores de risco maior à segurança. Ou seja, nessas perspectivas, pouco se interessa pelo que há de humano no trabalho, que toda atividade de trabalho envolve agir, pensar, sentir, se relacionar. O julgamento de valor quanto aos comportamentos (seguros? corretos? adequados?) elimina o interesse pelo sentido do trabalho, que poderia explicar as razões da ação dos trabalhadores, em caso de acidente, e contribuir com a prevenção. Todavia, nem a psicologia comportamental, nem os programas de segurança comportamental, impedem os acidentes de ocorrer.

Como foi o caso do acidente em La Porte, no Texas, em 2014, que provocou quatro mortes e ocorreu em planta de companhia que comercializava programa de segurança comportamental para outras empresas.

Por isso, a perspectiva mais avançada do campo da Segurança dialoga com outra psicologia, aquela que considera a atividade humana no trabalho em sua totalidade. Essa psicologia, na qual os trabalhadores, homens e /ou mulheres, são agentes de confiabilidade dos sistemas, interage com outras disciplinas como a Antropologia, Sociologia, Ciências da Saúde, Engenharias, dentre outras, para a produção de praxis interdisciplinar. Para Eric Hollnagel, psicólogo dinamarquês e pesquisador, a segurança de fato dos sistemas depende dessa nova forma de ver o papel dos trabalhadores na confiabilidade das operações. Para ele, mais do que controlar os trabalhadores, é preciso apoiá-los em suas atividades, favorecendo tomadas de decisão mais efetivas em momentos difíceis.

Mas, para essa perspectiva ser possível, os trabalhadores precisam ter voz, ter poder de se expressar, em especial sobre suas condições de trabalho e dificuldades que vivem no trabalho, o que depende da democratização das relações sociais no seio das empresas e entre atores sociais. Para tal, são necessárias instâncias de representação e participação de fato sobre o tema das condições de trabalho e saúde, que vão além da possibilidade de ação das CIPAs no Brasil, invariavelmente, sob controle das empresas.

Trata-se de dimensão ainda a desenvolver no caso brasileiro, se comparada com nações europeias, a despeito dos avanços no campo da Saúde do Trabalhador, nos últimos 30 anos.

Infelizmente, democratizar as relações de trabalho não está definitivamente na agenda; ao contrário, a perspectiva é de retirada de direitos dos trabalhadores e de defesa dos interesses das corporações privadas. Trata-se, contudo, de questão fundamental se o que se pretende é enfrentar os problemas de segurança e saúde do trabalhador. Enfim, é preciso fazer política para resistir à perversão da ordem vigente, na qual a destruição da democracia se justifica pela irracionalidade econômica, ‘nadando contra a corrente’ a fim de (re)conquistar mais espaços democráticos na sociedade, inclusive os de trabalho. ■■■

Referência:

SIMONELLI, A.P. *et al.* Influência da segurança comportamental nas práticas e modelos de prevenção de acidentes do trabalho: revisão sistemática da literatura. *Saude soc.*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 463-478, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200463&lng=pt&nrm=iso

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.